



## PROTEÇÃO E GARANTIA NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS REALIZADOS POR MEIOS ELETRÔNICOS

### Autor(res)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Marilu Izabela Dos Santos

Anthony Rayner Dantas Saff

### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

### Introdução

O avanço tecnológico tem transformado a execução dos negócios jurídicos, ampliados pela internet e pelas ferramentas digitais, o que fortalece a contratação à distância. Nesse cenário, a proteção dos negócios eletrônicos ganha relevância diante do aumento de fraudes, vulnerabilidades de segurança e violações à privacidade. A segurança jurídica, princípio basilar do Direito, impõe que contratos eletrônicos tenham a mesma validade e eficácia dos tradicionais. Para isso, o ordenamento jurídico brasileiro vem sendo adaptado, especialmente pelo Marco Civil da Internet Lei 12.965/2015, pela LGPD Lei 13.709/2018 e pelo Código Civil. Tais normas buscam assegurar autenticidade, integridade, confidencialidade e proteção de dados, fundamentos que sustentam a confiança nas relações digitais. Assim, este artigo discute como se garante a proteção e validade dos contratos eletrônicos, destacando os instrumentos legais, os riscos envolvidos e os meios para consolidar um ambiente digital mais seguro.

### Objetivo

Analisar as ferramentas de proteção e garantia aplicáveis aos negócios jurídicos eletrônicos no Brasil, identificando fundamentos legais e sua eficácia, riscos e soluções que promovam segurança jurídica nos meios digitais.

### Material e Métodos

O presente estudo adota o método qualitativo, com enfoque exploratório e descritivo, fundamentado em análise documental e revisão bibliográfica. Foram examinados dispositivos da Constituição Federal, do Código Civil, do Código de Defesa do Consumidor, do Marco Civil da Internet, Lei Geral de Proteção de Dados e a Lei de assinaturas eletrônicas. Além da legislação, recorreu-se a obras doutrinárias de autores como Maria Helena Diniz, Flávio Tartuce, Pablo Stolze, Patrícia Peck e Danilo Doneda, reconhecidos por suas contribuições ao Direito Civil e ao Direito Digital. Também foram consultadas jurisprudências de tribunais superiores e estaduais sobre responsabilidade civil em fraudes eletrônicas e cláusulas abusivas em contratos digitais. A abordagem metodológica jurídico-interpretativo foi utilizada para analisar princípios do direito contratual e complementada por estudos comparado de experiências internacionais.



## Resultados e Discussão

A análise demonstrou que negócios jurídicos eletrônicos são reconhecidos pelo ordenamento brasileiro, desde que atendam ao art. 104 do Código Civil. A assinatura digital qualificada Lei 14.063/2020 possui força probatória equivalente à manuscrita, garantindo autenticidade e integridade. Contudo, há fragilidades: a falta de paridade em ambientes digitais expõe consumidores a cláusulas abusivas, justificando a aplicação do CDC. A vulnerabilidade de dados pessoais reforça a importância da LGPD, que impõe transparência e responsabilidade. Persistem riscos de fraudes em assinaturas, vazamentos e ataques, exigindo protocolos mais rígidos e criptografias robustas. O Marco Civil da Internet garante privacidade e guarda de registros, enquanto a jurisprudência responsabiliza instituições em casos de fraude. Ainda há desafio em conciliar intervenção estatal e autonomia contratual. No plano internacional, a GDPR e a UNCITRAL influenciam positivamente, embora tecnologias emergentes careçam de regulamentação específica.

## Conclusão

Deduz-se que a proteção e a garantia nos negócios jurídicos eletrônicos deriva-se da aplicação integrada de normas civis e digitais, aliadas ao uso de tecnologias seguras e juridicamente validados. Embora haja avanços normativos e jurisprudenciais, desafios como fraudes, desequilíbrio contratual e lacunas regulatórias ainda exigem constante aperfeiçoamento jurídico, exigindo continua atualização legislativa.

## Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm).
- BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm).
- BRASIL. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm).
- BRASIL. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm).
- BRASIL. Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/antigas\\_2001/2200-2.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2001/2200-2.htm).
- BRASIL. Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013. Regulamenta o comércio eletrônico. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/d7962.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7962.htm).
- UNIÃO EUROPEIA. Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR), 2016. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2016/679/oj>.
- UNCITRAL. Model Law on Electronic Commerce, 1996. Disponível em: [https://uncitral.un.org/en/texts/ecommerce/modellaw/electronic\\_commerce](https://uncitral.un.org/en/texts/ecommerce/modellaw/electronic_commerce).
- DOUTRINAS
- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva.
- TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. São Paulo: Método.
- PECK, Patrícia. Direito Digital. São Paulo: Saraiva.
- DONEDA, Danilo. Da Privacidade à Proteção de Dados Pessoais. Rio de Janeiro: Renovar.